



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

**PROCESSO TC N.º 05160/17**

Objeto: Prestação de Contas Anual  
Órgão/Entidade: Câmara Municipal de Boa Ventura/PB  
Exercício: 2016  
Responsável: Jeffeson Paulo de Marrocos  
Relator: Cons. Arnóbio Alves Viana

EMENTA: PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL – PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES – ORDENADOR DE DESPESAS – CONTAS DE GESTÃO – APRECIÇÃO DA MATÉRIA PARA FINS DE JULGAMENTO – ATRIBUIÇÃO DEFINIDA NO ART. 71, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA, E NO ART. 1º, INCISO I, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 18/93 – Regularidade. Atendimento integral às disposições da LRF. Arquivamento.

**ACÓRDÃO APL – TC –00575/2017**

Vistos, relatados e discutidos os autos da **PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VENTURA/PB**, Sr. Jeffeson Paulo de Marrocos, relativa ao exercício financeiro de **2016**, acordam, por unanimidade, os Conselheiros integrantes do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, em sessão plenária realizada nesta data, na conformidade do voto do relator, com fundamento no art. 71, inciso II, da Constituição Estadual, e no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 18/93, em:

- I. **JULGAR REGULARES** as referidas contas, considerando atendidas as disposições da LRF;
- II. **ARQUIVAR** os presentes autos.

Presente ao julgamento o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas  
Publique-se, registre-se e intime-se.  
TCE – Plenário Ministro João Agripino

**João Pessoa, 06 de setembro de 2017**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

**PROCESSO TC N.º 05160/17**

## **RELATÓRIO**

CONS. ARNÓBIO ALVES VIANA (Relator): O processo TC nº 05160/17, trata do exame das contas de gestão do Presidente da Câmara Municipal de Boa Ventura/PB, Vereador Jeffeson Paulo de Marrocos, relativas ao exercício financeiro de 2016.

A Auditoria deste Tribunal, com base no exame dos documentos que compõem os autos, emitiu relatório(fl. 56/59), concluindo pelo atendimento integral aos preceitos da LRF e quanto aos demais aspectos, não haver sido constatado qualquer irregularidade.

Em face das conclusões da auditoria a PCA em questão, não foi encaminhada ao Ministério Público Especial, bem como o gestor não foi notificado acerca da inclusão do presente processo na pauta desta sessão. **É o relatório.**

## **VOTO DO RELATOR**

Diante do exposto e considerando que não foi apontada pela auditoria, qualquer irregularidade nas contas em questão, VOTO no sentido de que o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, com fundamento no art. 71, inciso II, da Constituição Estadual, e no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 18/93, julgue regulares as contas em apreço, de responsabilidade do **Sr. Jeffeson Paulo de Marrocos**, Vereador-Presidente da **Câmara Municipal de Boa Ventura**, durante o **exercício de 2016**, considerando atendidos Integralmente os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101/2000, por parte da referida autoridade, no tocante ao mencionado exercício financeiro, determinando-se o arquivamento dos presentes autos. **É o voto.**

João Pessoa, 06 de setembro de 2017.

***Cons. Arnóbio Alves Viana***  
***Relator***

Assinado 20 de Setembro de 2017 às 12:06



**Cons. André Carlo Torres Pontes**  
PRESIDENTE

Assinado 20 de Setembro de 2017 às 12:02



**Cons. Arnóbio Alves Viana**  
RELATOR

Assinado 20 de Setembro de 2017 às 15:09



**Sheyla Barreto Braga de Queiroz**  
PROCURADOR(A) GERAL